



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
BACHARELADO EM ECOLOGIA

HUGO LEITE DOS SANTOS CAMPOS

**CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA, PARAÍBA.**

RIO TINTO / PB

2020

HUGO LEITE DOS SANTOS CAMPOS

**CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA, PARAÍBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Alves dos Santos

RIO TINTO / PB

2020

Catálogo na publicação

Seção de Catalogação e Classificação

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C198c Campos, Hugo Leite Dos Santos.

Conjuntura da Educação Ambiental em Escolas Públicas no Município de Cacimba de Areia, Paraíba / Hugo Leite Dos Santos Campos. - Rio Tinto, 2020.

36 f. : il.

Orientação: Anderson Alves dos Santos Santos.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCAIE.

1. Educação Ambiental.Meio Ambiente.EscolaSustentável.
I. Santos, Anderson Alves dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

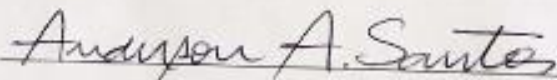
HUGO LEITE DOS SANTOS CAMPOS

**CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA, PARAÍBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à Universidade Federal da
Paraíba como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Ecologia.

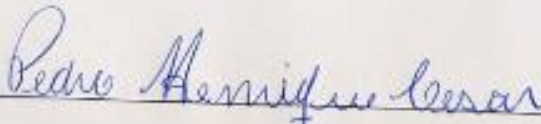
Aprovado em 12 de março de 2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Anderson Alves dos Santos

Orientador – DEMA/UEPB



Msc. Pedro Henrique César

Examinador – PGEGRN/UFPG



Msc. Waldner Gomes Barbosa Filho

Examinador – CCEN/UEPB

Dedico este trabalho a minha mãe Ana Paula e minha avó Inês Caiana. Ao meu pai e meu irmão e toda minha família. Também a minha turma EcoFamília.

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grato pelos 10 anos vividos em Rio Tinto, cidade qual vivi e sobrevivi a grandes alegrias e tristezas, das quais me fortaleceram e propuseram grandes aprendizagens. A toda sua população que teve uma participação nessa vivência, como meu grande amigo Severo (um grande homem, o incrível Carcará).

Agradeço sempre a minha amada mãe que sempre me apoiou nos meus sonhos e me deu forças e inspiração para eu alcançar esse feito, a meu pai que me ajudou a caminhar essa trilha, a meu irmão que é meu ídolo e uma grande referência pra mim.

Agradeço à linda e maravilhosa Ecofamília, turma que mostrou uma união, perseverança e vontade de vencer. A todos que tiveram presente em algum momento do curso e a nossa fortaleza que chegamos até o final (Aryanne, Alan, Kassia, Sandra, Jéssica, Pedro, Amanda e Hellen).

Agradeço os meus amigos de luta, no qual fomos fortes e conseguimos grandes vitórias, que serão marcas eternas no Campus IV.

Agradeço a meu grande amigo Janilson, homem sábio e de grande coração, a Kym Kannato e Pablo meus companheiros de estrada nesses dez anos, meu amigo Riackson, Lucas Natan, Aline, Karenine, Lucas Aguiar, Raiff, Hadley, Pedro (Em especial a esse cara, que foi essencial, fundamental, que segurou minha mão e me levou até aqui), Hugo Yuri, Jucimar, Antoniel, Alex, Vitor, Aleksandro, Marcelo, Suan, Muniz, Kleber, Deyvid, Nil e muitas outras pessoas que foram importantes nessa trilha.

Das nove residências que morei, quero lembrar sempre do manicômio, da casa caiada e da good vibes, as quais me proporcionaram as melhores loucas e experiências de vida, até hoje.

A meus admirados docentes, o meu orientador Anderson, as professoras Elaine Bernini e Elaine Folly, professor Ronaldo, Antônio, aos Fred's, Leonardo e Almir. A todos os servidores da UFPB, que são pessoas encantadoras, e as oportunidades que a universidade me propôs.

De certa forma sou grato a tudo a todos que tiveram participação direta e indireta nesse ciclo. Viva Raul Seixas, Belchior e Bob Marley, sem suas músicas eu não teria conseguido. Com todo amor e carinho, serei sempre grato!

“A frieza do relógio não compete com a
quentura do meu coração”

Coração Noturno – Raul Seixas.

ÍNDICE

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
OBJETIVOS.....	14
Objetivo geral.....	14
Objetivos específicos.....	14
METODOLOGIA.....	14
Área de estudo.....	14
Método.....	15
Instrumento de pesquisa	15
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
Análise Documental	16
Entrevistas e Questionários.....	18
Grupo 1: Gestores Públicos.....	18
Grupo 2: Diretoras das Escolas	21
Grupo 3: Professores e Professoras	22
CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS.....	29
Anexo (Normas da Publicação da Revista Pesquisa em Educação Ambiental)	29
Anexo (Figuras)	31
Anexo (Entrevistas com gestores públicos e diretores das escolas).....	33
Anexo (Questionário aplicado aos docentes da rede de ensino público de base).	34
Anexo (Termo de Consentimento Livre Esclarecido).....	35

RESUMO

Conjuntura da Educação Ambiental em Escolas Públicas no Município de Cacimba de Areia, Paraíba.

Conjuncture of Environmental Education in Public Schools of Cacimba de Areia, Paraíba.

Conjunción de Educación Ambiental en Escuelas Públicas del Municipio de Cacimba de Areia, Paraíba.

Resumo

O presente estudo se dispõe a conhecer a realidade sobre a educação ambiental nas escolas públicas de Cacimba de Areia, cidade localizada no semiárido paraibano. Tal estudo visa contribuir para elucidação da situação da Educação Ambiental em uma região que é marcada por problemas sociais seríssimos resultantes, muitas vezes, de uma política ambiental equivocada. Essa pesquisa busca averiguar como se constitui a educação ambiental no ensino básico das escolas públicas do município. A metodologia utilizada foi através de uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa descritiva exploratória, sendo aplicado entrevistas semiestruturadas direcionadas a gestão da educação, nos utilizamos do questionário semiestruturado aos professores. Os resultados indicam que a educação ambiental se constitui de forma rústica e restrita no contexto escolar, tornando assim necessária a realização de um trabalho pedagógico eficiente, permanente e contínuo, almejando a formação da consciência ambiental através da educação formal e não formal, que possa se tornar um tema propício à questão socioambiental e sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Escola Sustentável.

Abstract

The research wills to understand the reality of environmental education in public schools in the city of Cacimba de Areia, a city from the semi-arid region of Paraíba. The study aims to clarify the situation of environmental education in a place marked by serious social problems, often resulting from a wrong environmental policy. In this sense, this research seeks to answer how environmental education is constituted in the basic education of public schools in the municipality. The methodology was a qualitative approach, type of exploratory descriptive research, with semi-structured interviews applied to education management and semi-structured questionnaire to teachers. The results indicate that environmental education is rustic and restricted in the school context, thus making it necessary to carry out an efficient, permanent and continuous pedagogical work, aiming at the formation of environmental awareness through formal and non-formal education, which can be a theme conducive to socio-environmental and sustainability issues.

Keywords: Environmental Education; Environment; Sustainable School.

Resumen

El presente estudio se propone conocer la realidad sobre la educación ambiental en las escuelas públicas de Cacimba de Areia, una ciudad ubicada en la región semiárida de Paraíba. Este estudio tiene como objetivo contribuir a dilucidar la situación de la Educación Ambiental en una región marcada por problemas sociales muy serios, que a menudo resultan de una política ambiental incorrecta. Esta investigación busca determinar cómo se constituye la educación ambiental en la educación básica de las escuelas públicas del municipio. La metodología utilizada fue a través de un enfoque cualitativo, como la investigación exploratoria descriptiva, con entrevistas semiestructuradas aplicadas a la gestión educativa, utilizamos el cuestionario semiestructurado para los docentes. Los resultados indican que la educación ambiental se constituye de forma rústica y restringida en el contexto escolar, por lo que es necesario realizar un trabajo pedagógico eficiente, permanente y continuo, con el objetivo de formar una conciencia ambiental a través de la educación formal y no formal, que puede ser hacer un tema propicio para los problemas socioambientales y de sostenibilidad.

Palabras-clave: Educación ambiental; Medio ambiente; Escuela sostenible.

INTRODUÇÃO

Desde o princípio da humanidade os seres humanos faziam o uso de recursos naturais para sua sobrevivência, de acordo com sua evolução o homem foi desenvolvendo a capacidade de manipular o meio ambiente aprendendo a controlar recursos naturais, a partir do momento que adquirem essa capacidade sem o devido equilíbrio, o resultado são impactos e, conseqüentemente, desastres ambientais. De acordo com Correia & Brito (1995), a degradação ambiental surge com o próprio homem, pois no momento em que ele começa a intervir no meio ambiente, consumindo além da sua sustentação e acumulando a produção excedente, tem início a deterioração da relação homem-natureza.

“O homem está constantemente agindo sobre o meio a fim de satisfazer suas necessidades e desejos”, (Bezerra & Gonçalves, 2007). Na busca por melhores condições do bem-estar da humanidade o sistema capitalista estimula a exploração da natureza, tendo um ápice na revolução industrial que foi causadora de diversos impactos negativos ambientais como poluição das águas, redução de fauna e flora, poluição do ar, entre outros. “O desequilíbrio se agrava e resulta em impactos sociais: êxodo rural, desemprego, *inchaço* das cidades, má distribuição dos recursos, etc. Assim como o desequilíbrio social, o desequilíbrio ambiental é agravado”, (Reigada & Reis, 2004).

Em contradição a esses fatos, em diversas partes do planeta surgem movimentos ambientais que se fortalecem e almejam despertar a sociedade aos problemas ambientais e suas conseqüências, conforme os movimentos vão tomando formas e crescendo no mundo também vão se concretizando politicamente. “A partir da década de 1960, muitos debates,

congressos e conferências surgem com a intenção de trazer à tona discussão sobre a crise ambiental, consolidando a ideia e importância de uma Educação Ambiental”, Reigada & Reis (2004).

“A literatura traz registros da educação ambiental desde meados da década de 60, e talvez ainda mais distante no tempo, mas o reconhecimento internacional desse fazer educativo, como uma estratégia para repensar e rever o desenvolvimento da nossa sociedade, ganha maior significância em 1977 quando foi realizada a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, União Soviética”, PRONEA (2014).

“Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento tendo como uma das metas propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável da humanidade”, (Teixeira, 2007).

“No Brasil esse processo teve repercussões já na década de 80, dando corpo a uma série de leis e decretos que apontam para a valorização das questões ambientais nas diferentes esferas de governo e na sociedade”, (Junqueira, 1998). “Na década de 90 consubstanciou o marco constitucional com adventos históricos como a Rio-92 que reconheceu a educação ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira”, (PRONEA, 2014).

No Brasil a política pública de educação ambiental através da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938). Onde, se destaca por ser um processo educativo, dinâmico e transformador se estabelecendo com Política Nacional de Educação Ambiental (Lei, 9.975/99). De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”; § 1º, inciso VI, “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Sobre a definição de educação ambiental existem diversos conceitos e diferentes perspectivas sobre educação ambiental, de acordo com Teixeira (2007), a educação ambiental pode ser entendida como um conjunto de teorias e práticas que objetivem a compreensão e percepção do ser humano sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente, de forma que seja benéfico para todos. Já segundo Correia & Brito (1995), a educação ambiental é despertar no indivíduo a consciência dos problemas atuais, promovendo conhecimentos que proporcionem formas produtivas que busquem melhorar a qualidade de vida protegendo o

meio ambiente, através de valores éticos. A educação ambiental é um processo educativo que almeja não apenas cuidado com a conservação e preservação do meio ambiente é também uma busca para desenvolver valores morais e culturais na sociedade com finalidade de melhores condições do bem-estar das atuais e futuras gerações em relação sociedade-natureza.

Partindo de que a educação ambiental tem a capacidade de estimular mudanças sociais, éticas e ambientais, faz-se necessário desenvolver ações educativas sobre o tema em diversas áreas. De acordo com Jacobi (2003), a educação ambiental é essencial para transformar a qualidade de vida e despertar a consciência ambiental do homem de forma local e planetária, para isso deve ser um processo permanente e contínuo de aprendizagens, valorizando formas de conhecimentos.

“A educação ambiental deve ser projetada sobre realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, das diversas instituições e do estado, que represente na capacidade de ação, ética, educativa e comunicativa”, Abílio & Sato (2012).

Após se institucionalizar a educação ambiental como política pública, a soma de iniciativas governamentais e sociais buscando desenvolver formas de disseminar conhecimentos que facilitassem a compreensão atual da crise ambiental, desenvolveram ações sobre a questão da educação ambiental de maneira formal e não-formal. Correia & Brito (1995), cita que esse tipo de educação se trata de múltiplos métodos, que vão do sentido cultural a dimensão ambiental, onde não deve ser limitada de forma disciplinar, mas que tenha uma abordagem integradora de conteúdos, que tenha como produto conscientização e sensibilização na relação sociedade/natureza.

Conforme Teixeira (2007), no que diz respeito à política de desenvolvimento tecnológico, econômico, social e ambiental que alcance o equilíbrio do uso dos recursos naturais é fundamental acreditar e investir na educação ambiental. “A educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável”, (Jacobi, 2003). Sendo assim a educação ambiental assume um papel que atenda não apenas ajustes ecológicos, mas também um processo que vise à responsabilidade ética e socioambiental, incentivando e desenvolvendo no cidadão a consciência dos seus deveres e direitos.

O semiárido nordestino por ser uma região que possui fatores climáticos como característica marcante, que é superficialmente julgada por ser uma região de seca, miséria e fome. No semiárido do Nordeste existem graves problemas socioambientais nos quais vem

sendo intensificados devido ao mau uso dos recursos naturais. Segundo Abílio, Florentino & Ruffo (2010, apud, Gaddoti, 2000), a combinação das condições climáticas e práticas inadequadas no uso dos recursos naturais acentua o desgaste da paisagem natural, gerando perda da biodiversidade e escassez dos recursos, além de fomentar o processo de desertificação.

Segundo Duarte, et. al. (2015), tratar de forma linear os problemas ambientais, não melhora a convivência em regiões com características específicas, é necessário um trabalho em conjunto que assuma a dimensão política do processo educativo. Esses fatores corroboram para que haja o desenvolvimento de projetos sobre educação ambiental e políticas públicas para se transformar essa realidade, trazendo melhores condições de vida para a população objetivando a capacitação para que participem efetivamente na defesa ambiental.

De acordo com Jacobi (2003), refletir sobre educação ambiental num contexto de degradação do meio ambiente, se faz necessário envolver os atores da educação, para que se engajem na produção de uma nova forma de agir e de conhecimentos das relações do meio natural com o social, incentivando aos envolvidos uma nova perspectiva e um novo perfil de desenvolvimento socioambiental.

É nesse contexto que, o presente estudo se mostra importante, pois se dispõe a conhecer a realidade sobre a educação ambiental nas escolas públicas de Cacimba de Areia, cidade localizada no semiárido paraibano. Tal estudo vai contribuir para elucidação da situação da Educação Ambiental em uma região que é marcada por problemas socioambientais seríssimos resultantes, muitas vezes, de uma política socioambiental equivocada. Identificando as aspirações dos representantes da educação frente à EA, vai contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para a educação ambiental local, na ânsia para que essa seja a ponte para um desenvolvimento melhor e mais sustentável para a região. Para Bezerra & Gonçalves (2007), conhecer o pensamento de representantes políticos e dos professores sobre educação ambiental é uma estratégia fundamental e importante para que se norteie ações educativas que possibilite mudanças positivas nos aspectos que compõem a questão socioambiental.

Assim, ansiamos com essa pesquisa responder como se constitui a educação ambiental no ensino básico das escolas públicas do município de Cacimba de Areia, no sertão paraibano.

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Observar como a educação ambiental se estabelece nas escolas públicas no município de Cacimba de Areia, PB.

Objetivos específicos

-Identificar se a educação ambiental está no componente curricular das escolas do município;

-Analisar como os gestores da educação do município veem a educação ambiental;

-Diagnosticar como os diretores e professores do ensino de base do município de Cacimba de Areia se relacionam com a educação ambiental;

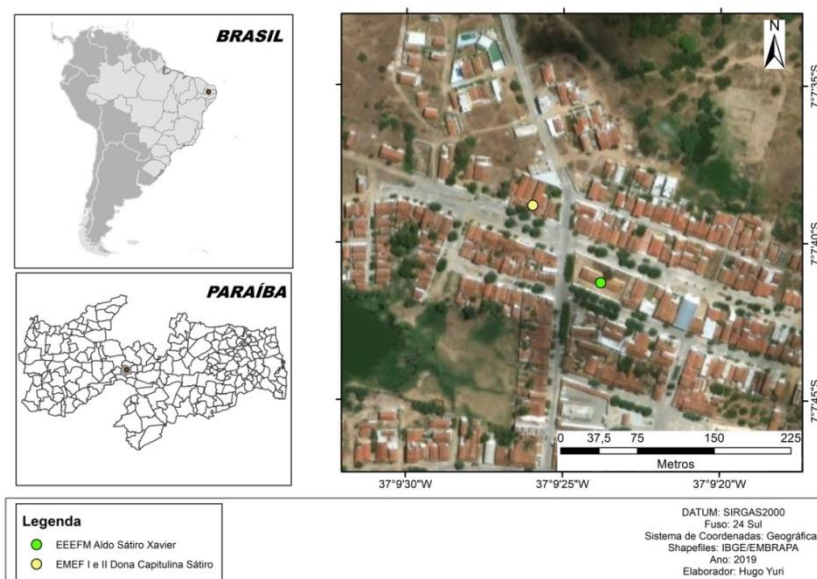
-Descrever a existência e conseqüentemente a metodologia utilizada para a educação ambiental no município.

METODOLOGIA

Área de estudo

O município de Cacimba de Areia possui uma área de 220,38 km², e uma população de estimada em 3.682 habitantes, IBGE (2019). Localiza-se a 27 km da cidade de Patos, na mesorregião do sertão paraibano. Situado a 284 metros de altitude, de Cacimba de Areia tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 5' 56" Sul, Longitude: 37° 9' 55" Oeste.

Mapa: Localização das escolas públicas no município de Cacimba de Areia, PB.



As escolas públicas estudadas são as únicas que se localizam na área urbana da cidade, sendo uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II Dona Capitulina Sátiro (adotada como Escola 1), e outra Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Aldo Sátiro Xavier (adotada como Escola 2).

A escola 1 possui um total de 408 alunos de nível fundamental I e II com períodos de aula manhã e tarde, apresenta 25 professores deles são 9 do fundamental I e 16 do fundamental II, e 22 funcionários. Na escola 2 possui um total de 140 alunos, 12 professores, e 6 funcionários.

Método

O trabalho foi realizado através de uma abordagem qualitativa que para Flick (2003), é um método que se apresenta com aspectos que partem da perspectiva dos participantes e sua diversidade.

Como tipo de pesquisa nos utilizamos do tipo descritiva exploratória. Esse tipo de pesquisa de acordo com Deslauries & Kérisit (2008), tem sido utilizada para descrever uma situação social, ou para explorar determinadas questões, que dificilmente, o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar, possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações, por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas.

Instrumento de pesquisa

Para obtenção dos dados relativos aos componentes curriculares, nos utilizamos da pesquisa documental. “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”, (Lüdke & Andre, 1986).

Para pesquisa direcionada a gestão da educação na cidade de Cacimba de Areia nos utilizamos de entrevistas semiestruturadas, de forma a nos aprofundarmos nas perspectivas dos gestores da educação em relação à Educação Ambiental na cidade. A pesquisa foi direcionada aos gestores em três níveis: prefeito da cidade; secretário de educação e secretário do meio ambiente; e diretores escolares. (Anexo).

Para Abílio & Sato (2012), esse método ainda que possua questões em ordem predeterminada, há uma liberdade caso outras questões venham a surgir sobre algo interessante e que se revele útil e não esteja previsto nas questões originais. Segundo Laville & Dione (1999), a flexibilidade da entrevista possibilita mais intensidade na relação entre o

entrevistador e o entrevistado, incentivando a uma exploração profunda do objeto investigado que sejam baseadas no testemunho, suas representações e valores.

Para obtermos dados referentes aos professores nos utilizamos do questionário semiestruturado, a fim de conhecermos suas perspectivas e como se dá a sua relação com educação ambiental, além de buscar conhecer seus métodos utilizados. O questionário contou com 9 questões fechadas e uma aberta. Participaram através do questionário 19 professores, representando 51% do corpo docente das escolas. (Anexo)

Segundo Abílio e Sato (2012), a utilização de questionário é eficiente quanto ao tempo podendo ser aplicado de forma mais rápida, por possuir perguntas padronizadas que facilita a aplicação em um grande número de pessoas, além de garantir anonimato das respostas, influenciando nas opiniões e no aspecto pessoal tendo em vista que não expõe os pesquisados. Decidimos por tal instrumento devido o número de professores, de forma a podermos ter a participação do maior número de docentes possível.

O trabalho de campo teve início no dia 26 de junho de 2019 e término em 22 de julho do mesmo ano. As entrevistas também foram feitas com os gestores públicos (prefeito, secretários da educação e meio ambiente) e diretores das escolas. Os mesmos assinaram o termo de consentimento livre esclarecido, com intuito de permitir os dados para publicação. (Anexo)

Os dados quantitativos obtidos a partir do questionário foram tabulados no programa Excel e serviram como base para a elaboração de tabelas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise Documental

Para início das análises dos dados optamos por observar o Plano Político Pedagógico (PPP), pois, nesse plano se encontram as ações a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino municipal. Foi possível a análise apenas de um PPP da Escola 1, pois ao ser solicitado a Escola 2 foi ressaltado pela diretora:

“O PPP é o documento que rege a escola, é onde tem todas as informações dos professores, funcionários, de todos. É o ponto chave da escola, então o PPP a gente não pode fornecer assim, sem ter um requerimento ou coisa desse tipo.” (Maria Joana, nome fictício).

De acordo com Veiga (2013), o projeto político-pedagógico vai além de um conjunto de planos e atividades de ensino, é um documento que é elaborado e vivido por todos os

envolvidos no processo educativo do ambiente escolar, que busca um compromisso coletivo, não é algo que é desenvolvido para ser arquivado ou encaminhado como prova de cumprimento burocrático as autoridades educacionais.

Na análise foi percebido que a escola 1 não possui um eixo específico para educação ambiental no componente curricular, existem alguns trechos no plano que visam a temática ambiental, como:

“RESPONSABILIDADE SOCIAL: Exercer a cidadania dentro dos contextos da Educação, buscando o desenvolvimento da sociedade e em particular respeitando o meio ambiente”.

Tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico é um conjunto de ações que direcionam a base da educação das escolas e suas especificidades, e resultado do trabalho coletivo que busca objetivos que sejam benéficos e positivos na realidade da escola, podendo determinar o que foi feito e o que pode ser mudado. Sendo assim, é necessário implementar a educação ambiental no componente curricular para que se desenvolva ações contínuas e eficientes no âmbito escolar, proporcionando a realização de práticas que se torne um instrumento de mudança da realidade. Segura (2007), diz que independente de qual seja o projeto educativo, é possível incluir o tema socioambiental, tendo consciência da interdependência dos fatos da realidade, buscando alternativas coletivas que melhorem a qualidade de vida e possa traçar objetivos educativos de questões ambientais e sustentáveis.

Esse fato observado de acordo com Cuba (2010), o desenvolvimento e difusão da Educação ambiental no âmbito escolar é de grande importância, pois, pode-se trabalhar a conscientização das pessoas desde a escola em consenso a defesa do meio ambiente e as futuras gerações, onde essa tomada de consciência de atitudes sustentáveis se multiplique das gerações presentes para as futuras, onde seja construída uma nova postura de forma coletiva na conservação do meio ambiente e do bem-estar social no cotidiano do próprio lugar.

Baseado em Lipai; Layrargues & Pedro (2007), comentam que:

“No atual Plano Nacional de Educação (PNE), consta que a Educação Ambiental deve ser implementada no ensino fundamental e médio com a observância dos preceitos da Lei nº 9.795/99”. (...) “A PNEA veio reforçar e qualificar o direito de todos à educação ambiental, como “um componente *essencial e permanente* da educação nacional” (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.795/99). Com isso, a Lei nº 9.795/99 vem qualificar a educação ambiental indicando seus princípios e objetivos, os atores

responsáveis por sua implementação, seus âmbitos de atuação e suas principais linhas de ação”.

Entrevistas e Questionários

Dando sequência aos resultados, para analisarmos os dados obtidos através das entrevistas e questionários iniciamos os resultados transcrevendo as entrevistas, para um melhor estudo. Em seguida os resultados das entrevistas e questionários foram divididos em 3 grupos de acordo com as categorias profissionais, devido ao processo dos conteúdos das entrevistas e do questionário, conforme explicitado a seguir:

Grupo 1: Gestores Públicos;

Grupo 2: Diretores das Escolas;

Grupo 3: Professores e Professoras.

Grupo 1: Gestores Públicos

No contexto geral os gestores públicos colaboraram para a pesquisa, mostrando interesse no tema. O resultado referente ao perfil dos participantes encontra-se no quadro 1.

Quadro 1: Perfil dos gestores públicos

Idade	Gênero	Escolaridade
27	Masculino	Superior Completo
56	Masculino	Superior Incompleto Fundamental I
62	Masculino	Completo

Fonte própria

De acordo com as entrevistas dos gestores foi possível identificar que não são realizadas práticas de educação ambiental que sejam efetivas e contínuas no município, existem algumas ações isoladas que aborda o cuidado com o meio ambiente, por exemplo, através da rearborização da cidade. Uma frase se destaca nesse contexto:

“Projeto de reflorestar com neem a cidade não deu certo porque prejudica as abelhas e tem que mudar pra outro, plantar fruteiras, pois serve a comunidade.” (Secretário de Meio Ambiente).

De acordo com Duarte, et. al. (2015), cita que:

“A interferência humana no ambiente é inerente à própria condição de vida dos indivíduos, no entanto, a forma como se pratica essa interferência é preocupante, daí

a importância da educação ambiental como instrumento para melhorar a relação do homem com seu habitat”.

É preciso estimular a importância da consciência ambiental, valorizando a ética e a moral, tanto individual como coletiva, de forma que permita aos cidadãos a tomada de decisões participativas, e possam constituir um bem-estar socioambiental.

Quando questionados sobre o que incentivaria a gestão municipal adotar a educação ambiental e temas relacionados ao meio ambiente no município, as respostas dos entrevistados foram à questão financeira, a escassez de informações e treinamentos sobre o tema, e falta de iniciativas. Como citado pelo Secretário de Educação:

“Acredito que por falta de estímulos por parte de órgãos ligados a essa área ou até mesmo de maiores esclarecimentos sobre tal assunto e seus benefícios para a sociedade através de palestras ou mobilizações. Creio que a criação de projetos por parte das escolas seria um pontapé inicial para trabalhar tal assunto, visto que a secretaria sempre apoia os projetos desenvolvidos pelas mesmas”.

A maioria dos impactos negativos causados ao meio ambiente está relacionado com o ser humano, na busca para corrigir esses problemas faz-se necessário uma mudança de postura da sociedade, um norte para a solução desses problemas surge com a Educação Ambiental. “Práticas ambientais educativas são concebidas e estruturadas em torno de problemas concretos que acontecem, visto que a educação ambiental objetiva transformar a realidade social, econômica e ambiental”, (Duarte et. al., 2015). O desenvolvimento e estímulo da educação ambiental, através de práticas formais e não formais, pode fomentar um novo modo de compreender e se posicionar nas questões socioambientais.

Foi observado, entre os entrevistados, que apenas um soube responder as perguntas levando em conta o contexto conceitual sobre educação ambiental. Os outros entrevistados ao serem questionados mostraram uma visão limitada sobre a questão ambiental. Duas frases se destacam:

“A gente nasceu no sítio, na agricultura. Devemos ter o cuidado de não queimar, com o desmatamento, plantar mais árvores. É importante em todo canto, no município e no mundo inteiro, porque se vê falar que se não cuidar amanhã ou depois os filhos e netos terão um planeta super aquecido” (Secretário de Meio Ambiente).

“É ensinar a população coisas da natureza, das plantas, dos bichos, de cuidar, que se não cuidarmos pode prejudicar os mais novos. É importante porque ajuda o povo a cuidar da natureza e que a gente possa fazer o certo” (Prefeito).

Foi notado que apesar de não terem formação e sem um conhecimento técnico do tema abordado, existe a plena consciência da questão ambiental, da preocupação com o meio ambiente e as futuras gerações. Apesar disso são necessários reflexões profundas e adotar conceitos que contribuam para o desenvolvimento da comunidade promovendo políticas públicas que reflitam a educação ambiental.

Há escassez de conhecimento sobre EA por parte dos gestores públicos em relação aos termos técnicos. Formular a EA para que seja capaz de realizar algo novo é um desafio, a princípio deve ser um ato político que vise mudanças sociais na relação indivíduo-natureza, através de políticas públicas que fomente capacitações como cursos, oficinas, fóruns de debates e trocas de experiências, que almeje a sensibilização dos problemas ambientais, suas consequências e que busque soluções concretas. Esse resultado vai ao sentido de Jacobi (2003), de que:

“Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social”.

“Os poderes públicos devem incentivar a difusão de campanhas educativas e informações relacionadas ao ambiente, a iniciarem-se nas escolas municipais, acerca da problemática local, com soluções exequíveis e pensadas pelos próprios munícipes”, (Pereira, 2016).

Foi necessário constatar os representantes da educação sobre a temática ambiental para que possa embasar ações educativas buscando alternativas e instrumentos que proporcionem impactos positivos no ambiente escolar e conseqüentemente na sociedade.

Portanto a educação ambiental propicia diversas possibilidades de aprendizagens e de compreensão no contexto da vida, inseri-la no âmbito escolar assume um papel importante para formação de cidadãos, que continuem dentro e fora da escola. Desta forma a importância de práticas educativas visando corroborar com o ensino público e a sociedade, faz-se necessário a realização de inserir a educação ambiental no município.

Grupo 2: Diretoras das Escolas

De forma geral as diretoras corroboraram para a pesquisa, demonstrando interesse no tema. O resultado referente ao perfil das participantes encontra-se no quadro 2.

Quadro 2: Perfil das diretoras escolares

Idade	Gênero	Escolaridade
43	Feminino	Pós-graduação
47	Feminino	Pós-graduação

Fonte própria

Sobre a questão de práticas sobre EA nas escolas houve diferentes respostas, a Escola 1 alega que não há atividades e a Escola 2 realiza práticas eventuais.

“Até o momento não, não conheço, faz 6 anos na direção, sempre os professores falaram sobre um trabalho sobre educação ambiental, mas infelizmente prática nenhuma” (Diretora da escola 1).

“Sim, pois, dentro do contexto escolar emergiu discussões sobre a educação ambiental, como um processo de reconhecimento de valores, em que as novas práticas pedagógicas devem ser responsáveis na formação dos sujeitos de ação e de cidadãos conscientes de seu papel no mundo. Desenvolvemos algumas ações tipo: palestras na escola, práticas de reciclagem doméstica, apresentação de projetos de eco-sustentabilidade, coleta de lixo, conscientização da população para o consumo sustentável, plantio de mudas de árvores” (Diretora da escola 2).

A diferença e heterogeneidade entre as unidades podem influenciar na expansão da EA no município. Isso pode ocorrer devido à divisão política, ou a mudança de categorias de ensino, é necessária uma análise mais profunda sobre o assunto. “A ideia é que essas unidades de ensino tenham sempre as *portas abertas* para receber visitas de outras escolas e assim servir de exemplo e incentivo para a replicação de tais práticas pedagógicas dentro de suas regionais”, (Pereira, 2016). Através da troca de informações e com trabalho coletivo entre as lideranças escolares podem-se obter melhores resultados para os estudantes e consequentemente na sociedade.

Ao serem questionadas sobre o que incentivaria a escola a adotar educação ambiental, as respostas das entrevistadas foram à questão financeira, a falta de interdisciplinaridade e transversalidade sobre o tema, sendo a participação governamental e dos docentes.

As entrevistadas ao falarem do seu entendimento sobre a educação ambiental mostraram conhecimento e destacaram a importância como questão de cidadania e sustentabilidade. Considerando essas abordagens, percebe-se que as concepções sobre o tema são benéficas e importantes para desenvolver a EA nas escolas do município. Entretanto de forma geral existe pouca iniciativa. Como destacado pela diretora da escola2:

“Educação Ambiental: É o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Sua maior importância é desenvolver ações contínuas no qual os indivíduos e a comunidade tomem consciência do seu meio ambiente e adquiram novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros”.

Segundo Veiga; Amorim & Blanco (2005), a escola desempenha um papel relevante na comunidade no qual está inserida, possuindo a capacidade de influenciar e transformar os indivíduos a que ela pertence, através da temática ambiental a escola pode apresentar um impacto significativo na sociedade, criando pontes com a população possibilitando a reflexão sobre o meio ambiente.

Grupo 3: Professores e Professoras

De forma geral, as direções das escolas proporcionaram condições para a realização da pesquisa com os professores. A maioria dos docentes mostrou interesse em contribuir com a pesquisa, pois, acharam importante a inclusão da educação ambiental no ambiente escolar.

Os resultados referentes à idade e o perfil acadêmico dos professores entrevistados das escolas públicas do ensino de base encontram-se nas tabelas 1 e 2, respectivamente. Sendo o maior percentual dos entrevistados se encontra numa faixa etária acima de 41 anos.

Tabela 1: Faixa etária dos docentes.

Idade	Nº de Professores	% Professores
20-30	2	11%
31-40	6	32%
41-50	7	36%
>50	4	21%
TOTAL	19	100%

Fonte própria

Na área de atuação o maior número de professores entrevistados foram Polilaventes (31%), seguido por História, Sociologia e Filosofia (16%) e Educação Física (16%),

Geografia (11%), Matemática (11%), Biologia e Química, Artes e Língua Inglesa (cada um representando 5%), (Tabela 2).

Tabela 2: Área de formação dos docentes entrevistados.

Disciplina	Nº Professores	% Professores
Polivalente	6	31%
História, Filosofia e Sociologia	3	16%
Educação física	3	16%
Geografia	2	11%
Matemática	2	11%
Química e Biologia	1	5%
Artes	1	5%
Língua Inglesa	1	5%
TOTAL	19	100%

Fonte própria

“A importância de saber qual a área de formação e que disciplina leciona, é que dependendo da área de formação o professor pode ter concepções diferentes sobre Educação Ambiental” (Santos & Vasconcelos, 2016).

Com relação à escolaridade observou-se (11%) possuem profissionalizante médio, (68%) graduação, (21%) pós-graduação, sendo especializações.

Tabela 3: Escolaridade dos professores.

Escolaridade	Nº Professores	% Professores
Profissionalizante médio	2	11%
Graduação	13	68%
Pós-graduação	4	21%
TOTAL	19	100%

Fonte própria

Quanto ao tipo de sexo os docentes entrevistados foram 14 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Sendo representado por 74% do sexo feminino e 26 do sexo masculino.

Sobre atividades práticas de educação ambiental nas escolas os professores entrevistados 58% afirmaram que existem práticas de educação ambiental, tais como: Recursos multimídia, projetos de reciclagem, projetos de plantações e palestras; e 42% não confirmaram práticas de educação ambiental nas escolas. Foi observado através das respostas dadas ao questionário, que 79% trabalham educação ambiental em suas aulas utilizando algum dos recursos anteriores, e 21% não faz uso de educação ambiental nas aulas. Apesar de

não existir uma política pública sobre educação ambiental no município, a maioria dos docentes utiliza o tema de alguma forma em suas aulas, isso mostra vontade e interesse.

Dentre os fatores necessários para a escola adotar EA alguns professores citaram mais de uma opção, onde (58%) que destacaram outros fatores, como: Conscientização sobre o meio ambiente, conhecimentos amplos da área, diversificação de conteúdos, corpo docente da escola; em seguida a estrutura da escola (26%), o incentivo municipal e treinamentos na área (16% cada um) e o incentivo financeiro (15%).

“Na formação de professores é preciso reforçar o conteúdo pedagógico e principalmente político da educação ambiental incluindo conhecimentos específicos sobre a práxis pedagógica, noções sobre a legislação e gestão ambiental”, Lipai; Layrargues & Pedro (2007). Assim a formação continuada do corpo docente junto com outros atores da educação fortalece programas locais de educação ambiental. Segundo Mendonça (2007):

“É inerente à profissão do professor estar sempre estudando e se atualizando para que sua prática atenda, de forma coerente e integrada, às necessidades dos sistemas de ensino e às mudanças sociais. Esse processo de construção permanente do conhecimento e do desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial que transcende cursos de capacitação ou qualificação, é o que podemos chamar de formação continuada”.

O fortalecimento sobre a formação continuada dos docentes é fundamental para que haja o entrosamento do grupo, incentivando e troca de experiências, assim desenvolvendo a interdisciplinaridade, incluindo o ganho de saberes mútuos no âmbito pessoal e profissional. A partir desse ponto podem-se realizar oficinas e seminários que proporcionem a base para a criação de cartilhas e materiais didáticos sobre EA que ajudem os professores na elaboração de práticas educacionais ambientais.

Em relação ao contato do docente com a educação ambiental na sua formação (53%) confirmaram ter tido algum contato com EA, e (47%) não tiveram nenhum contato com EA na sua formação. Sobre o conhecimento da lei que a educação ambiental deve estar presente nas disciplinas (53%) afirmaram que sabem e (47%) não sabem. Nem todos os professores que tiveram contato com EA na formação sabiam da lei, como professores que não tiveram contato com EA na formação tem conhecimento sobre a lei.

Ao fim do questionário perguntamos qual a percepção dos professores tanto sobre o entendimento e importância da educação ambiental como educação para sustentabilidade. Foram obtidas poucas respostas adequadas aos conceitos expostos. Dentre elas se destacam:

“São processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, atitudes, voltadas para a conservação do meio ambiente, bem uso comum do povo. É importante discutir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável porque a cada dia mais os problemas ambientais estão afetando a qualidade de vida” (Professora de geografia).

“São informações repassadas para conscientizar, valorizar e preservar o meio que esteja inserido [...] produzir meios favoráveis ao uso com responsabilidade, gerando renda e mantendo o ambiente sadio, é de suma importância para a formação de uma sociedade educada ambientalmente” (Professora de inglês).

A maioria das outras respostas está ligada a preservação e o cuidado dos elementos naturais, também existe uma preocupação com as gerações futuras. Como exemplo:

“Educação Ambiental é responsável em formar indivíduos preocupados com os problemas da natureza, como o desmatamento desnecessário, os lixos nos lugares errados, a poluição nos rios e etc” (Professora polivalente).

“Orientar nossos alunos sobre como cuidar do nosso ambiente, como água, plantas e etc. E a educação sustentável, ou seja, ela nunca poderia deixar de existir, pois ela é essencial para dar continuidade a preservação do meio ambiente” (Professor de educação física).

“Educação ambiental: é um processo de educação responsável por formar alunos preocupados com a preservação dos componentes naturais (como a fauna e a flora dos nossos ecossistemas). Educação para a sustentabilidade: Temos que propor e buscar formas para energias renováveis para um futuro sustentável e com isso melhorar a área ambiental, social e econômica” (Professor de química, biologia e ciências).

Dos entrevistados dois professores não quiseram responder essa questão.

É um grande desafio estimular a educação ambiental buscando um modelo de desenvolvimento sustentável, mas, tendo em vista que o professor é o mediador de conhecimento, através da interdisciplinaridade sobre a temática ambiental com o corpo docente, podem-se obter resultados positivos na relação da comunidade estudantil com os ambientes naturais, sociais e culturais.

“A construção dessa prática deve contar com o entendimento da necessidade de se trabalhar o coletivo com diálogo, produzindo a intercomunicação dos educadores, associando

teoria e prática, relacionando o conteúdo do ensino à realidade social” (Correia & Brito, 1995).

De forma geral a partir desses dados faz-se necessário desenvolver ações que possibilitassem aos/às docentes um melhor conhecimento sobre educação ambiental. Para se inserir o tema é necessária à reflexão sobre os conceitos e objetivos que oriente políticas e práticas de educação ambiental na atual conjuntura escolar, e assim alcançar a transformação em relação homem-natureza. Com isso desenvolver um plano de gestão para as escolas públicas com alternativas econômicas e melhorias para a comunidade estudantil.

Corroborando com isso Loureiro (2007), diz que:

“A *educação ambiental* é bastante complexa em seu entendimento de natureza, sociedade, ser humano e educação, exigindo amplo trânsito entre ciências (sociais ou naturais) e filosofia, dialogando e construindo pontes e saberes transdisciplinares. Implica igualmente o estabelecimento de movimento para agir-mos-pensarmos sobre elementos micro (currículo, conteúdos, atividades extracurriculares, relação escola-comunidade, projeto político pedagógico etc.) e sobre aspectos macro (política educacional, política de formação de professores, relação educação-trabalho-mercado, diretrizes curriculares etc.), vinculando-os”.

“Dessa forma, acreditamos que a contribuição da educação para o contínuo processo de transformação pelo qual passa a sociedade é extremamente relevante, resgatando a escola como principal espaço de socialização do conhecimento”, (Correia & Brito, 1995).

CONCLUSÃO

Os resultados indicam que a educação ambiental se constitui de forma rústica e restrita no contexto escolar, tornando assim necessária a realização de um trabalho pedagógico eficiente, permanente e contínuo, almejando a formação da consciência ambiental através da educação formal e não formal, que possa se tornar um tema propício à questão socioambiental e sustentabilidade.

Tendo em vista que a escola tem influência e importância para a sociedade, de forma social, cultural e ética, se torna em um local fundamental para o desenvolvimento de ações educacionais sobre o meio ambiente, ou seja, o ambiente escolar é favorável para a criação de projetos educativos que relacionem homem/natureza, pois possibilita englobar pessoas de diferentes classes, e que proporcionar aos envolvidos a ideia de praticar os direitos e deveres socioambientais.

Com isso surge à necessidade promover ações que sejam instrumentos para a implantação e o desenvolvimento da educação ambiental nas escolas públicas do ensino de base, buscando melhorias ambientais, sociais e econômicas. Que englobem trabalhos em grupos, o saber empírico da população, técnicas de sensibilização, além de aulas formais e não-formais como oficinas, trilhas ecológicas, palestras e outros. Outras práticas que podem serem realizadas como projetos de redução do lixo e o descarte correto dos resíduos, que estimule a sua reutilização por meio de técnicas de reciclagem. Almejar a limpeza e conservação de áreas públicas e naturais, buscar realizar práticas agroecológicas, tratamento e reutilização da água, entre outros.

A reflexão sobre educação ambiental é necessário para que os personagens participantes possam se tornar dispersores de informações e atos sobre o meio ambiente e sua proteção de forma que compartilhem conhecimentos e incentivem uma nova perspectiva no perfil social.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, F. J. P.; FLORENTINO, H. S.; RUFFO, T. L. M. *Educação Ambiental no Bioma Caatinga: formação continuada de professores de escolas públicas de São João do Cariri, Paraíba*. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 5, n. 1, p. 171-193, 2010.

ABÍLIO, F. J. P.; SATO, M. *Educação ambiental: do currículo da educação básica às vivências educativas no contexto do semiárido paraibano*. Editora Universitária da UFPB, 2012.

BEZERRA, T. M. O; GONÇALVES, A. A. C. *Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE*. Biotemas, v. 20, n. 3, p. 115-125, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 22/07/2019.

CORREIA, M. B. S., BRITO, M. B. G. S. *Educação ambiental: um desafio à sustentabilidade socioambiental*. Revista do Centro de Educação da UFAL, agosto, 1995.

CUBA, M. A. *Educação Ambiental nas escolas*. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. *O delineamento de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, v. 2, p. 127-53, 2008.

DUARTE, R. G., BASTOS, A. T., OLIVEIRA, F. C., SENA, A. P. *Educação ambiental na convivência com o semiárido: ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(1), 17-29, 2015.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman Artmed

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/cacimba-de-areia.html?> Acesso em 09/10/2019.

JACOBI, P. *EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 p. 189-205, março/ 2003.

JUNQUEIRA, R. G. P. *A intersectorialidade do ponto de vista da educação ambiental: um estudo de caso*. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 2, p. 79-91, 1998.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A. *Construção do Saber Manual de Metodologia da Pesquisa e Ciências Humanas*. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UF MG, 1999.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. *Educação ambiental na escola: tá na lei.... Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*, p. 23-35, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; *Educação ambiental crítica: contribuições e desafios*. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 65-73, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

MENDONÇA, P. R. *Políticas de formação continuada de professores e professoras em educação ambiental no Ministério da Educação*. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 45-55, 2007.

PEREIRA, A. C. G. T. *Educação ambiental em escolas municipais do jaboatão dos guararapes/pe: instrumentos e práticas docentes*. Educação Ambiental e Biogeografia. v.2, p. 40-53, 2016.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *Educação ambiental por um Brasil mais sustentável*. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Brasília, 4ª edição, 2014.

REIGADA, C.; M. F. C. T. REIS. *Educação ambiental para crianças no ambiente urbano: uma proposta de pesquisa-ação*. Ciência & Educação, v. 10, n. 2, p. 149-159, 2004.

SANTOS, A. VASCONCELOS, C. A. *Representações sociais e abordagens metodológicas dos professores em educação ambiental de jovens e adultos*. Educação Ambiental e Biogeografia. v.2, p. 20-28, 2016.

SEGURA, D. S. B. *Educação ambiental nos projetos transversais*. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 95, 2007.

TEIXEIRA, A. C. *Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade*. Revista brasileira de educação ambiental/Rede Brasileira de Educação Ambiental, v. 2, p. 23-31, 2007.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Papirus Editora, 2013.

VEIGA, A.; AMORIM, E.; BLANCO, M. *Um retrato da presença da educação ambiental no ensino fundamental brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 1414-0640, 2005.

ANEXOS

Anexo (Normas da Publicação da Revista Pesquisa em Educação Ambiental)

A redação dos artigos deve obedecer às seguintes normas, em acordo com prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e definições específicas da Revista:

- Utilizar formato compatível com o *Word for Windows*.
- Formato do papel: A4, orientação “retrato”, sem quebras de página e apenas uma coluna de texto.
- Fonte, espaçamento e paragrafação: Times New Roman, corpo 12, espaço simples; não adicionar espaço entre parágrafos do mesmo estilo; recuo do parágrafo de 1,25 cm; alinhamento na opção “justificado”.

- Margens: 3 cm à esquerda e superior; 2 cm à direita e inferior.
- Não utilizar aspas, sublinhado ou negrito para destaques no texto, apenas itálico.
- Citações diretas com mais de três linhas devem observar recuo de 4cm e ser grafadas em corpo 10. Citações diretas no corpo do texto devem utilizar aspas.
- Cada artigo deve conter no mínimo 35.000 e no máximo 70.000 caracteres (com espaços, incluindo referências bibliográficas, notas de rodapé e tabelas)

Informações complementares:

1) **Primeira página:** i) Na primeira página do texto, com a opção “centralizado”, deve constar o título completo do artigo, com no máximo 20 palavras, utilizando fonte times New Roman, corpo 12, letras maiúsculas e minúsculas. Deve estar no idioma original (português, espanhol, inglês ou francês); abaixo do título no idioma original, deve vir o título em inglês e espanhol, obedecendo à mesma formatação; ii) em seguida, inserir resumo de até 250 palavras, acompanhado de três a cinco palavras-chave. Inserir traduções do resumo e das palavras-chave nos idiomas inglês (*abstract*) e espanhol (*resumen*). Se o idioma original for o inglês, deverá ser traduzido para o espanhol e português. Os verbetes – Resumo, Abstract e Resumen – devem ser grafados centralizados na página, em negrito, corpo 12, utilizando maiúsculas e minúsculas. O corpo do resumo deve ser grafado em corpo 10, opção “justificado” e sem parágrafos. O *abstract* e o *resumen* obedecem à mesma regra. As palavras-chave devem iniciar com letra maiúscula e ser separadas entre si por ponto final (.); iii) no caso de pesquisas empíricas, o resumo deve apresentar brevemente e de forma clara os objetivos, a metodologia e os resultados mais importantes. O resumo não deve incluir referências bibliográficas. Deve conter de 100 a 250 palavras e no máximo 1000 caracteres (com espaço). As palavras-chave devem refletir, da melhor maneira possível, a temática do estudo. O artigo deve conter de 3 a 5 palavras-chave.

2) **Inserção de Ilustrações:** as normas atendem prescrições da ABNT e abrangem figuras, fotos, gráficos, tabelas e quadros. As ilustrações devem constar do texto e, também, ser enviadas separadamente, em arquivos anexos com a identificação dos mesmos (Ex: figura 01, tabela 02, ou quadro 01). A ABNT distingue tabela e quadro. Tabela é a “forma não discursiva de apresentação de informações, representadas por dados numéricos e codificações, dispostos em uma ordem determinada, segundo as variáveis analisadas de um fenômeno”. Na

apresentação gráfica, não deve ser fechada nas laterais e o título aparece acima, em corpo 10. Quadros trazem informações discursivas, e devem ser fechados. Os títulos ficam acima, em corpo 10. Negrito apenas na designação, e não no título. Ex. **Tabela 1** – Título.

3) **Citações e Referências:** as citações no texto e as referências devem seguir rigorosamente a última versão das normas da ABNT. As normas escolhidas devem ser uniformes ao longo de todo o texto. Nos casos indicados abaixo, em que a ABNT oferece opções, o trabalho deverá adotar as orientações que se seguem: i) as citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data. Exemplo: segundo Sobrenome (2012); ii) as referências devem aparecer em “Referências” e só devem apresentar aquelas que foram citadas no transcorrer do texto; iii) o recurso tipográfico *itálico* deve ser utilizado para destacar o elemento título das obras, de acordo com a norma; iv) as notas devem ser colocadas no rodapé da página.

4) **Como citar os artigos:** ao citar os artigos publicados na Revista Pesquisa em Educação Ambiental, deve-se obedecer às prescrições da ABNT. Ex. PRIMEIRA AUTORIA, Iniciais; SEGUNDA AUTORIA, Iniciais. Título do artigo. Pesquisa em Educação Ambiental, cidade de publicação, v., n., p.xx-xx, mês abreviado. Ano.

Anexo (Figuras)

Quadro 1: Perfil dos gestores públicos

Idade	Gênero	Escolaridade
27	Masculino	Superior Completo
56	Masculino	Superior Incompleto
62		Fundamental I
	Masculino	Completo

Fonte própria

Quadro 2: Perfil das diretoras escolares

Idade	Gênero	Escolaridade
43	Feminino	Pós-graduação
47	Feminino	Pós-graduação

Fonte própria

Tabela 1: Faixa etária dos docentes.

Idade	Nº de Professores	% Professores
20-30	2	11%
31-40	6	32%
41-50	7	36%
>50	4	21%
TOTAL	19	100%

Fonte própria

Tabela 2: Área de formação dos docentes entrevistados.

Disciplina	Nº Professores	% Professores
Polivalente	6	31%
História, Filosofia e Sociologia	3	16%
Educação física	3	16%
Geografia	2	11%
Matemática	2	11%
Química e Biologia	1	5%
Artes	1	5%
Língua Inglesa	1	5%
TOTAL	19	100%

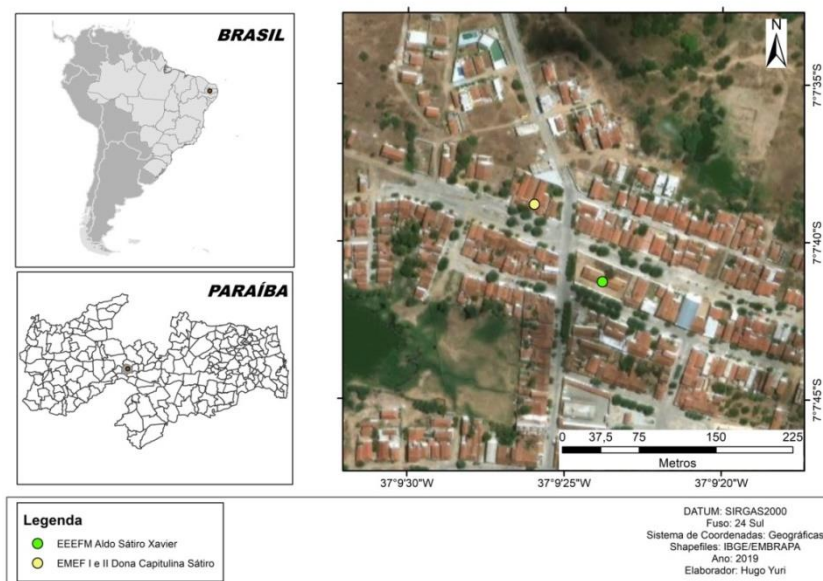
Fonte própria

Tabela 3: Escolaridade dos professores.

Escolaridade	Nº Professores	% Professores
Profissionalizante médio	2	11%
Graduação	13	68%
Pós-graduação	4	21%
TOTAL	19	100%

Fonte própria

Mapa: Localização das escolas públicas no município de Cacimba de Areia, PB.



Anexo (Entrevistas com gestores públicos e diretores das escolas).

ENTREVISTA DE PERCEPÇÃO DOS GESTORES POLÍTICOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

1. Idade:
2. Gênero:
3. Escolaridade:
4. A política educacional do município possui uma política dedicada à educação ambiental / educação para a sustentabilidade?
5. A gestão municipal atual desenvolve alguma prática visando à educação ambiental?
Quais?
6. Se não houver ações, quais os motivos para a gestão municipal não se utilizar de práticas de incentivo a educação ambiental?
7. Quais fatores induziram ou induziriam a prefeitura/secretária a adotar práticas de educação ambiental?
8. Você sabe que existe uma lei que prevê que a educação ambiental deveria ser utilizada em todas as disciplinas do componente curricular escolar?
9. O que você entende por educação ambiental?
10. No seu ponto de vista qual a importância da educação ambiental?

ENTREVISTA DE PERCEPÇÃO DOS(AS) DIRETORES(AS) SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

1. Idade:
2. Gênero:
3. Escolaridade:
4. A escola desenvolve alguma prática visando à educação ambiental / educação para a sustentabilidade? Quais?
5. Se não houver ações, quais os principais obstáculos para a escola não se utilizar de práticas que promovam a educação ambiental?
6. Quais fatores induziram ou induziriam a escola a adotar práticas de educação ambiental?
7. Você sabe que existe uma lei que prevê que a educação ambiental deveria ser utilizada em todas as disciplinas?
8. O que você entende por educação ambiental e qual sua importância?

Anexo (Questionário aplicado aos docentes da rede de ensino público de base).

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. Idade: _____
2. Gênero: _____
3. Escolaridade: _____
4. Qual/Quais disciplina você leciona?

5. Existe alguma atividade de educação ambiental na escola?
 - a. sim
 - b. não
6. Você trabalha educação ambiental na(s) sua(s) disciplina(s)?
 - a. sim
 - b. não
7. Qual/quais fator(es) induziram ou induziriam a adotar em suas aulas a educação ambiental?
 - Incentivo municipal
 - Treinamentos na área
 - Incentivo financeiro

Estrutura da escola

Outro: _____

8. Na sua formação como docente, teve algum contato a educação ambiental?
- a. sim
- b. não
9. Você sabe que existe uma lei que prevê que a educação ambiental deveria ser utilizada em todas as disciplinas?
- a. sim
- b. não
10. O que você entende por educação ambiental / educação para sustentabilidade, e qual sua importância?

Anexo (Termo de Consentimento Livre Esclarecido)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

O (a) Sr(a). está sendo convidado a participar da pesquisa: “CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA, PARAÍBA” que tem por objetivo “Observar como a educação ambiental se estabelece nas escolas públicas no município”. Essa pesquisa será realizada com gestores envolvidos com a educação pública municipal. Sua participação no estudo consistirá em participar de uma entrevista sobre a educação ambiental. A entrevista/coleta de dados/grupo terá uma duração de mais ou menos 30 minutos. Os riscos com essa pesquisa são mínimos, esperamos que possa fornecer informações para elucidar a pesquisa, mas o Sr(a). tem a liberdade de não responder ou interromper a entrevista em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento. O Sr(a). tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo. Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações. O Sr(a). não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. poderá entrar em contato com o coordenador responsável pelo estudo: Anderson Alves dos Santos, que pode ser localizado na Universidade Federal da Paraíba ou pelo email andergeoufpb@gmail.com, ou com Hugo Leite dos Santos Campos pelo email hugoeecologia59@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto

de Saúde – CEPIS, também poderá ser consultado caso o Sr(a). tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ÉTICA da pesquisa pelo telefone 11-3116-8597 ou pelo email cepis@isaude.sp.gov.br. Sua participação é importante e voluntária e vai gerar informações que serão úteis para responder como se constitui a educação ambiental no ensino básico das escolas públicas do município de Cacimba de Areia. Este termo será assinado em duas vias, pelo senhor e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder. Acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: "CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CACIMBA DE AREIA, PARAÍBA".

Discuti com o pesquisador Hugo Leite dos Santos Campos, sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____	__/__/____
-------	------------

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado para a sua participação neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo.

__/__/____